

Só 25 famílias concordam em deixar a invasão

Mas secretário Adolfo Lopes acredita que prazo de 30 dias para remoção será cumprido

FOTOS: JORGE CARDOSO



Vinte e cinco, das aproximadamente 500 famílias que invadiram a área da 110 Norte, foram removidas ontem para outros locais do Distrito Federal, segundo informou o secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes — que coordena a operação de retirada. Ele acrescentou também que foram demolidos 17 barracos ainda sem moradores, prontos para serem alugados. Embora a expectativa do GDF fosse remover 200 famílias no primeiro dia depois da “missão de convencimento”, Lopes considerou o resultado “positivo” e manifestou a certeza de que esse número aumentará gradativamente. Ele assegurou que a desocupação total será concluída dentro de um mês, conforme cronograma estabelecido pelo GDF.

O secretário observou que, a partir de hoje, mais 74 famílias — que já manifestaram o desejo de voltar para os Estados de origem — receberão passagens custeadas pelo Governo. O secretário explicou que a remoção da invasão da 110 Norte tem prioridade — o DF conta atualmente com 42 invasões, segundo estimativa da Shis — em função dos “inúmeros abaixo-assinados” encaminhados por moradores das quadras vizinhas ao favelão, protestando contra o aumento dos índices de criminalidade (estupros, roubos, uso e tráfico de tóxicos) que são registrados nas proximidades. Ele acrescentou que a operação passará a contar com mais caminhões e efetivo humano.

Líder diz que só saíram 6 ou 7

No início da noite de ontem, a vice-presidente da Associação de Moradores, Maria Conceição da Cruz, ainda não tinha o número exato de barracos derrubados e dava a sua versão: “Foram derrubados 16 barracos que estavam vazios e apenas seis ou sete famílias resolveram sair”, dizia ela, enquanto convocava os moradores para uma reunião.

Um dado bastante revelador, segundo os moradores, é que nenhuma das famílias que resolveram sair havia voltado para seus Estados de origem. Os

que saíram fizeram como o jardineiro Marcone Souza Rocha: voltaram a morar com parentes. E mesmo assim sem uma posição definida pois, por estarem se mudando para outras favelas, como a do Ceub ou a da Vila Paranoá, poderão ter problemas com a Terracap, que está atenta à expansão dessas invasões.

Associada às dificuldades do primeiro dia de remoção está a confusão que marcou o trabalho dos homens do Serviço Social. Procurados por alguns morado-

res para maiores esclarecimentos, eles eram incapazes de dar uma informação precisa. A certa altura uma moradora, Lúcia Souto da Silva, acerrou-se de um deles para saber se haveria algum perigo de ela sair para trabalhar e quando voltasse não encontrar mais o seu barraco. O funcionário apenas respondeu que o secretário de Serviços Sociais havia apresentado alternativas aos moradores e determinado um prazo para a remoção, que a princípio seria de 10 dias, mas tudo dependeria do secretário.

Desorganização marca despejo

A retirada de algumas famílias da 110 Norte foi marcada pela desorganização e desorientação dos homens da Fundação do Serviço Social. Sintomaticamente, nenhum dos funcionários queria se identificar, alegando que qualquer informação teria que ser obtida com o secretário Adolfo Lopes. Por volta das 10h começaram a chegar os carros do GDF e os primeiros caminhões do DER.

Um trailer estacionado à margem da W/2 serviria para o cadastramento dos que desejassem sair. Porém, a ostensiva presença dos caminhões assustou os moradores, que imaginavam um despejo coletivo. Como não foi montado nenhum serviço de som para que as informações fossem devidamente pas-

sadas, o clima começou a ficar tenso.

Por volta das 11h, os três primeiros caminhões deixaram a área da invasão abaixo de algumas pedras. Até então, apenas duas viaturas estavam no local. Uma hora depois este número quintuplicou. Neste momento, muita confusão. Um funcionário da Fundação, que se identificou apenas como Braz, tinha em mãos uma lista de 19 famílias que na semana passada haviam se cadastrado à mudança patrocinada pelo Governo.

Porém, ele não sabia como encontrar estas famílias, pois no cadastro não constava o número do barraco. Em meio a tanto imobilismo, como o aumento do número de policiais e

caminhões, os moradores começaram a se desesperar e fechar as entradas da invasão, tornando um despejo coletivo e violento.

Foi preciso que, por volta das 12h30, a vice-presidente da Associação dos Moradores, Maria Conceição da Cruz, uma nordestina que não tem sequer o 4º ano primário, chegasse ao local para pôr as coisas em ordem. Em cima de um tijolinho ela gritou aos companheiros que não impedissem ninguém de sair da invasão. “Quem quer sair vai sair tranquilo. E eles não vão derrubar barraco de ninguém”. Depois, acompanhou de perto a derrubada dos barracos vazios e fez circular o aviso da reunião, que seria realizada às 18h.

Sonho de jardineiro era um lar

O jardineiro Marcone Souza Rocha, 26 anos, a esposa Cláudia, 17, e as filhas Tatiana, 1 ano e 4 meses e Geani, 3 meses, foram os primeiros a deixar a invasão da 110 Norte ontem de manhã. Para que isto ocorresse foi necessária a presença de um

efetivo policial a fim de assegurar os trabalhos de uma equipe da Fundação do Serviço Social e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que emprestou 10 caminhões para o transporte das mudanças. A polícia apenas acompanhou os trabalhos que até o meio-dia tinham redundado na retirada da família de Marcone e na derrubada de cinco barracos vazios.

Sem trabalhar há quase duas semanas por causa da preocupação com os reiterados anúncios de um despejo coletivo, Marcone atendeu ao apelo da sogra e decidiu voltar a morar com ela na Vila Paranoá: “Eu trabalho numa casa no Lago Norte, mas não vou lá há duas semanas porque não queria deixar minha mulher e filhas sozinhas. Eu tinha medo do que poderia acontecer no caso do despejo. Então, para evitar confusão decidi sair e voltar pro Paranoá”. Também preocupado com a fi-

lha mais velha, provavelmente desidratada, Marcone ajudou na derrubada do barraco e no carregamento do caminhão. “Amanhã já volto a trabalhar”, previu.

RATO

Há quatro meses Marcone e a esposa deixaram o Paranoá e foram a 110 Norte. Lá, pelo menos, tinham a independência familiar e um pouco mais de espaço. “Só o fato de a casa ser nossa já era bom”, afirmou Cláudia. O saldo positivo da volta estaria na possibilidade de aumentar o barraco do Paranoá, como lembrou a sogra, Lázara Dias: “No sábado vim aqui e o secretário Adolfo Lopes prometeu ajudar a gente a conseguir autorização da Terracap para aumentar um quarto no barraco. Com a chegada deles vamos morar em 14 e lá não tem espaço. Espero que o Governo cumpra sua palavra. O secretário não me deu nenhum documento, mas vou atrás dele para conseguir a autorização”.

O barraco ocupado pela família de Marcone tinha menos de quatro metros quadrados. Da mobília simples,

destacava-se um fogão novo de seis bocas, “comprado com muito sacrifício”, segundo Cláudia. O mais era uma cama de casal, cujo estrado era sustentado por tijolos, três cadeiras e equipamento de cozinha. Cuidando da febril Tatiana e ajudando na mudança, Cláudia gritou assustada quando um grito deu o alarme: “Olha o rato”, e saiu correndo com um pau na mão para matá-lo, num gesto que fazia crer ser aquilo uma “brincadeira” rotineira da criança.

A retirada com dignidade proposta pela Secretaria dos Serviços Sociais, que viabilizaria a mudança das famílias e daria dinheiro aos que quisessem retornar ao local de origem, não contagiou a grande maioria das 400 famílias que ocupam a área da 110 Norte. O mineiro Amaro Pereira de Araújo, 72 anos, 14 filhos, salário de aposentado rural e catador de ppapel, havia dado seu nome aos homens da Fundação do Serviço Social. Mas sem ter para onde ir, e informado de que não era obrigado a sair, preferiu ficar e aguardar “o que os homens vão decidir”.

Prefeito de Brasília dá lotes

A cidade de Planaltina de Goiás, ou Brasília, deverá assentar 100 famílias da favela da 110 Norte, em terrenos de 360 metros quadrados ainda sem infra-estrutura de água e energia elétrica. O prefeito da cidade goiana, Adhemar Alves Borges, em reunião com o secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, e a titular da Fundação, Maria do Barro, que irá promover o assentamento, concordou com a concessão de 110 lotes na periferia de Brasília e irá submeter o projeto à aprovação da Câmara dos Vereadores em cinco dias.

Os lotes situados no norte da área central da cidade ficam a dois quilômetros da rodoviária e ainda não dispõem de um sistema de água que possa abastecer as 100 famílias que hoje moram na 110 Norte. Provisoriamente, os novos moradores de Brasília terão que ser abastecidos com água de caminhões-pipa da prefeitura. A Secretaria de Serviços Sociais deverá assegurar a construção de um poço com capacidade para atender a toda comunidade, além de “colaborar” na instalação da rede de energia elétrica, segundo Adolfo Lopes.

Deverão ser transferidos para a Fundação Maria do Barro 110 lotes, dos quais 10 serão utilizados para a construção de oficinas comunitárias que irão envolver os próprios moradores do assentamento. O custo para a extensão da rede de luz, numa distância de 500 metros, é avaliada em Cz\$ 300 mil, com a fixação de cerca de 30 postes em toda a área. Toda a instalação da infra-estrutura mínima, de acordo com Adolfo Lopes, ocorrerá no prazo de 120 dias. Enquanto isso, será montado esquema emergencial de água, com os caminhões-pipa.

Maria do Barro, da Fundação que irá executar o assentamento e desenvolver trabalho comunitário com os moradores do no-

vo assentamento, prevê que estas 100 famílias terão uma condição de vida mais “humana e digna”. Para ela, as noções de artesanato e de produção de telhas e tijolos poderão propiciar aos favelados a qualificação profissional. O salário mínimo, para ela, “é deprimente” e incapaz de manter uma família.

Com o transporte coletivo, feito pela empresa Santo Antônio, os moradores de Brasília gastam cerca de Cz\$600 por mês.

Além de Brasília, as cidades de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia serão envolvidas na remoção das 400 famílias que ocupam a área da 110 Norte. Em Santo Antônio, Maria do Barro pretende comprar uma chácara de 2,5 hectares para a ocupação de 100 famílias. Os recursos que dispõem são de Cz\$ 250 mil que seriam utilizados para a compra de um carro para a Fundação. O terreno de Santo Antônio é plano, cortado por um córrego e distante 800 metros do ponto de ônibus. Segundo o secretário de Serviços Sociais, também a cidade de Cabeceiras, cujo Prefeito já colocou 200 lotes à disposição do GDF, poderá ser envolvida na

transferência dos favelados da 110 Norte.

Brasília fica a aproximadamente 50 quilômetros do Plano Piloto e tem uma população de 45 mil pessoas, das quais 80 por cento trabalham em Brasília. Os moradores da cidade estão, segundo o prefeito, temerosos em relação à chegada das famílias da 110 Norte, prevendo a perda da segurança e tranquilidade. Para que a nova comunidade tenha acesso à escola próxima, pelo menos duas salas de aula terão que ser construídas, além da contratação de novos professores.

Durante a visita do secretário Adolfo Lopes e Maria do Barro a prefeitura, a Fundação já apresentou ao prefeito Adhemar Alves Borges o ofício solicitando os 110 lotes ou uma área de dois hectares. Depois da reunião conjunta o secretário e a titular da Fundação foram até a área que deverá ser concedida pela prefeitura. Para Maria do Barro, a Fundação iniciará agora um projeto previsto para 1990, que é a criação dos distritos artesanais envolvendo a comunidade no trabalho prioritário da produção artesanal.

BETH MUNHOZ



Lopes, Maria do Barro e Alves debatem o assentamento